

CAMPISTA, Davi

*dep. fed. MG 1903-1906; min. Faz. 1906-1909.

Davi Moretzsohn Campista nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 22 de janeiro de 1863, filho de Antônio Leopoldo da Silva Campista e de Emília Moretzsohn Campista.

Após viver parte da infância em Juiz de Fora (MG), concluiu os cursos primário e secundário no internato do Colégio Pedro II e no Colégio Aquino, no Rio de Janeiro. Em 1879 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel em 1884. Seus biógrafos qualificam sua vida estudantil como pouco assídua, na medida em que era conhecido por suas ligações com as artes, destacando-se entre elas a música e a pintura. No entanto, ressaltam sua rara inteligência e brilhantismo.

Após graduar-se, foi advogar em Rio Preto (MG), provavelmente em razão de suas ligações familiares com lideranças políticas e econômicas de Juiz de Fora, entre as quais se incluía seu tio Luís Eugênio Horta Barbosa, que lhe garantiu seus primeiros postos políticos de relevância em Minas. Em Rio Preto, tornou-se promotor público e agente executivo do município. Ao ser transferido para São Paulo de Muriaé, atual Muriaé (MG), em razão de seu republicanismo radical, exonerou-se em 1888, preferindo permanecer com a propaganda republicana na pequena cidade de Rio Preto. Enquanto por lá esteve fundou um clube republicano, por solicitação dos responsáveis pelo movimento em Minas. Foi no Congresso Nacional Republicano ocorrido em Juiz de Fora no ano de 1889 que foi indicado pelos pares candidato à Assembleia Provincial, eleição que não chegou a realizar-se em razão da proclamação da República em 15 de novembro. Foi também proprietário da primeira tipografia do município e de seu primeiro periódico, além de um dos fundadores da Misericórdia de Rio Preto e o seu primeiro provedor.

Em 1891 foi indicado por Cesário Alvim, então presidente de Minas, presidente do Conselho da Intendência de Rio Preto, que exercia as funções de Câmara Municipal. Interrompeu essa atividade quando se elegeu deputado estadual constituinte na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). A primeira legislatura republicana mineira foi marcada por uma série de embates políticos que definiriam os rumos do novo regime no estado. Campista destacou-se como um fiel defensor da autonomia municipal e como um opositor contundente da instituição do Senado Estadual. Foi no âmbito da Constituinte mineira que se aprovou igualmente a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, na época chamada Cidade de Minas. No duro embate travado acerca do tema, Campista posicionou-se radicalmente a favor dos mudancistas. Por fim, destacou-se a sua dura oposição à colocação do nome de Deus na Constituição, por tratar-se para ele de um

documento político e não teológico. Para o Brasil, que muito recentemente se havia tornado um Estado laico, tal proposição era considerada por demais radical em relação aos valores predominantes na época. Campista foi voto vencido nesse quesito. Apesar disso, destacou-se no Parlamento mineiro como jovem liderança e excelente orador e por possuir inteligência política rara. Por essas e por outras razões foi eleito vice-presidente da Câmara e membro de sua Comissão de Justiça. Foi durante sua atividade parlamentar que conheceu Afonso Pena e dele tornou-se amigo pessoal, estabelecendo-se entre ambos uma parceria política que se estenderia até suas respectivas mortes.

No âmbito nacional, a República em construção encontrava-se dividida entre deodoristas e florianistas. Tais cisões tiveram intrincadas repercussões no território mineiro. Campista claramente posicionava-se entre os florianistas, embora se afastasse do radicalismo que os conduziria ao jacobinismo das ruas.

Sua participação na Assembleia Legislativa Mineira foi interrompida em 1892, ao ser convidado pelo novo presidente de Minas Afonso Pena (1892-1894) para ser seu secretário de Agricultura e Obras Públicas, função que desempenhou por aproximadamente dois anos. À frente de tão importante pasta, empenhou-se na expansão do ensino profissionalizante, a partir da criação dos chamados “institutos zootécnicos e agronômicos” nos municípios de Uberaba, Campanha, Itabira e Leopoldina. Foi responsável também pela organização da comissão construtora da nova capital mineira, que teve à frente o engenheiro Aarão Reis. Investiu igualmente na infraestrutura básica para o desenvolvimento da cafeicultura, ampliando a malha ferroviária do estado. Incluía-se entre aqueles que ressaltavam as vocações agrárias do Brasil.

Convidado por Francisco Sá, foi designado representante do governo de Minas na Itália, ao longo do governo de Bias Fortes (1894- 1898), com o fim de supervisionar o serviço de imigração, tão fundamental no período de transição para o trabalho livre no Brasil. Nesse posto, baseado em Gênova, conseguiu introduzir 50 mil italianos em Minas. Por dominar plenamente o idioma italiano foi-lhe possível não só desempenhar o trabalho com a competência esperada, como também publicar nos principais jornais italianos artigos com o objetivo de ressaltar a capacidade de Minas Gerais de receber bem o elemento estrangeiro, propaganda indispensável ao êxito do empreendimento. Por estar na Europa, acabou por cumprir inúmeras outras missões que extrapolavam as de seu cargo, como a obtenção de empréstimos e a negociação de dívidas com os banqueiros londrinos Rotschild, e visitas a Paris para análise das reformas urbanas com o fim de captar idéias e sugestões úteis à construção de Belo Horizonte.

No governo de Silviano Brandão (1898-1902) assumiu novamente o posto de secretário de estado, desta vez na Secretaria de Finanças. Fez, no entanto, gestão altamente impopular,

dada a difícil situação financeira em que se encontravam o estado e o país naquele momento. Suas ações consistiram na tentativa de sanear os cofres públicos a partir do corte de gastos e de subsídios. As rendas derivadas do café, principais sustentáculos financeiros do estado, estavam em franco declínio, o que tornava os cortes necessários ao equilíbrio fiscal de Minas. Além disso, tomou iniciativas com o objetivo de substituir o imposto de exportação pelo territorial como maior fonte de arrecadação fiscal do estado, na tentativa de ampliar sua base tributária.

Em 1903, tendo Juiz de Fora como principal reduto eleitoral, foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do PRM. Na Câmara dos Deputados participou ativamente de debates importantes do período, como a defesa da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, a defesa da criação da Caixa de Conversão, requisito básico à realização do Convênio de Taubaté, e posicionou-se contrariamente à criação dos impostos interestaduais. Destacou-se igualmente como relator do projeto de reforma do Banco da República.

Em 1906 tornou-se ministro da Fazenda do governo de Afonso Pena (1906-1909). À frente do cargo responsabilizou-se pelo equilíbrio financeiro do país, administrando a Caixa de Conversão e levando à frente o Convênio de Taubaté, primeira e mais importante política de valorização do café. Ao longo de sua gestão, as finanças públicas estiveram em equilíbrio, o câmbio em estabilidade, e as despesas governamentais foram sendo reduzidas. Na condição de ministro, era conhecido por integrar o “jardim de infância”, grupo de jovens políticos que conferia sustentação ao governo de Afonso Pena.

Aproximando-se a sucessão presidencial, seu nome apareceu como uma das alternativas possíveis, além dos já anunciados pretendentes Rui Barbosa, Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves. Tendo a preferência do Catete e a garantia do apoio dos paulistas, seu nome foi lançado, mas sofreu duro combate, por parte não só dos pretendentes anunciados, como também de importantes lideranças políticas do período. Três circunstâncias foram fundamentais à rejeição de seu nome. A primeira foi a intervenção do Catete no processo, não muito bem vista pelos principais atores políticos do período. A segunda era a vinculação de Campista ao grupo do “jardim de infância”, grupo visto com desconfiança pelas lideranças mais conservadoras, que se reuniam em torno de Pinheiro Machado. A terceira foi o veto proveniente da elite política mineira, que o considerava uma liderança por demais autônoma em relação ao PRM.

Após ter seu nome rechaçado – e após a morte de Afonso Pena em junho de 1909, quando tomou posse o vice Nilo Peçanha –, Campista foi nomeado em 1910 “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Noruega e Dinamarca”. Muito embora sempre desejasse ocupar cargos no exterior, tal designação lhe pareceu mais um exílio do que

propriamente um privilégio. Mais tarde, Rio Branco conseguiu para ele uma transferência para a cobiçada diplomacia francesa. Campista não pôde aceitá-la, por já se encontrar gravemente enfermo.

Além da carreira política, Davi Campista foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto, no ano de 1892, onde lecionou economia política, direito civil e direito público e constitucional. Permaneceu até 1910 no desenvolvimento de atividades acadêmicas, renunciando apenas por ter sido transferido para a Europa.

Faleceu em Copenhague, na Dinamarca, em 12 de outubro de 1911.

Era casado com Jovita Maia Campista, com quem teve três filhas e um filho, ao qual deu o nome de Rui em homenagem a Rui Barbosa.

Publicou na Itália o livro *Lo stato di Minas Gerais* e no Brasil o livro *Consolidação das leis fiscais*, além de ter escrito vários artigos para jornais de circulação nacional. Em algumas ocasiões usou o pseudônimo *Cifra*.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

FONTES: BARBOSA, F. *JK*; CARVALHO, A. *Conspiração*; CARVALHO, A. *Vultos*; FRANCO, A. *Estadista*; FRANCO, A. *Rodrigues*; LACOMBE, A. *Afonso Pena*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; VIEIRA, J. *Cadeia*; VISCARDI, C. *Teatro*; SALLES, J. *Não*.